

# Indicadores sinalizam aquecimento vigoroso da economia

SIMONE CAVALCANTI  
SÃO PAULO

O bom desempenho dos antecedentes domésticos divulgados neste primeiro trimestre, aliado à continuidade do cenário internacional benéfico, indica que está se abrindo um céu de brigadeiro para a economia brasileira neste ano. Estimativas de analistas para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), em torno de 4%, se aproximam da oficial, de 4,5%.

E, diferentemente do que ocorreu em 2004, quando a economia estava tão aquecida quanto agora, não há sinais de que o forte aumento da demanda pressione a inflação. Dessa forma, a percepção de que as taxas de juros continuarão recuando, mesmo que em ritmo lento, mantém a aura de otimismo que contribui para a continuidade do aquecimento.

A apreciação cambial, que favorece o ingresso de produtos importados impedindo os reajustes, e o percentual de utilização da capacidade instalada, que ainda tem margem para crescer, são os dois fatores apontados pelo economista-chefe da **MB Associados**, Sérgio Vale, para não vislumbrar pressões inflacionárias pelos próximos dois anos.

“O aquecimento que vemos hoje parece ser bem mais duradouro por conta de um ambiente mais estável e o maior nível de investimentos”, complementa Zeina Latif, economista do banco **ABN Amro Real**, para quem o Brasil já está um estágio mais avançado de desenvolvimento econômico com a recuperação contínua do

mercado de trabalho e da demanda, que se mostra cada vez mais aquecida, impulsionada pelo aumento do crédito e pelo otimismo dos consumidores.

Para a expansão trimestral na comparação com igual período de 2006 Zeina projeta 4%, enquanto Vale, mais otimista, 4,4%. Já em relação ao mês anterior, as expectativas são de 1% e 0,7%, respectivamente. “Não teremos um crescimento forte aos moldes da Índia, mas agora de fato entramos em uma rota de crescimento.”

## MASCARANDO PROBLEMAS

Mas há alguns poréns. Principalmente no que se refere a taxas de crescimento sustentado mais robustas e compatíveis

com a que os pares emergentes vêm registrando. Para tanto é preciso desobstruir gargalos: com a redução do tamanho do Estado na economia — com uma reforma da Previdência e a redução da carga tributária — e conseguir mais investimentos para infra-estrutura, em especial os setores de energia elétrica e portuário.

“O cenário positivo que estamos vivendo mascara os problemas mais profundos da economia como o das áreas fiscal, tributária e trabalhista”, diz Vale. “Além disso, dá ao governo uma propensão a elevar ainda mais os gastos públicos, fazendo com que o grande gargalo da economia seja fiscal.”

Marcelo Moura, professor do **Ibmec São Paulo**, engrossa a crítica. Para ele, o governo brasileiro é voraz, principalmente quando se trata de absorver os

recursos produtivos do País. “O que vemos é que a reforma fiscal será a prorrogação da CPMF”, afirma, completando que essa situação sufoca as empresas que buscam por maior competitividade e se vêm pagando mais e mais tributos.

Moura salienta ainda que, ao mesmo tempo em que a política monetária ajuda, a fiscal atrapalha. Na sua avaliação, a política macroeconômica de curto prazo ajuda em um cenário estável de planejamento, “mas para o longo prazo não vejo nada sendo feito”. “Todas essas reformas têm um custo político. Se o ganho fosse de curto prazo isso já estaria sendo feito.”

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, rebate as críticas e afirma que não há relação direta entre o crescimento sustentado e as reformas estruturais (leia entrevista abaixo).



Marcelo Moura